



Cartografia Social e Populações Vulneráveis

Oficina do Eixo Erradicação da Miséria

Facilitadora: Adryane Gorayeb, professora e pesquisadora do Laboratório de Geoprocessamento (Labocart) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Apoio: Fundação Banco do Brasil

Fevereiro de 2014

Sumário

Apresentação

1 – O que é cartografia social?

2 - Como são feitos os mapas sociais?

3 – O uso dos mapas na defesa dos interesses de populações tradicionais

4 - Exemplos de cartografia social

5 - Fontes

Apresentação

Num mundo cada vez mais conectado, com GPS (Sistema de Posicionamento Global)[1], Google Maps e outras ferramentas que facilitam a localização espacial, as comunidades querem estar no mapa. Um exemplo disso aconteceu na Índia. Crianças moradoras de Rishi Aurobindo Colony, uma favela de Calcutá que não aparecia no Google Maps, se uniram, coletaram dados sobre os moradores, as pequenas cabanas de tijolos, as ruas movimentadas, os templos espalhados, as árvores e as bombas de água que formavam o bairro, e criaram um mapa colorido, desenhado à mão, de sua comunidade.

Porém, mais do que aparecer no Google Maps, o que tem motivado diversas comunidades a mapear seus territórios é fato de perceberem ser esse mais um instrumento para defender seus direitos; assegurar seu território; proteger seu patrimônio socioeconômico e cultural; reivindicar melhorias na qualidade de vida.

Depois de mapear sua comunidade, as crianças de Calcutá resolveram usar o mapa que criaram para organizar uma campanha de vacinação contra a poliomielite. Com a ajuda de um projeto da Universidade de Columbia, conseguiram aumentar em 80% o número de crianças vacinadas.



No Brasil, a utilização da cartografia social já é bastante significativa na Amazônia e tem se expandido para outras regiões, como estratégia para firmar direitos territoriais. Há diversos exemplos de transformação de demandas sociais em políticas públicas, por meio da utilização de diferentes processos de “mapeamento participativo”, garantindo o reconhecimento de demandas de diversos tipos de comunidades, como quilombolas, pesqueiras, extrativistas, e de periferias.

Os professores Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, do Laboratório de Geoprocessamento (Labocart), da Universidade Federal do Ceará (UFC), explicam que um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem. Daí, a importância da demarcação e caracterização espacial de territórios, especialmente daqueles em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, ou com vínculos ancestrais e simbólicos.

Esta cartilha visa apenas introduzir o assunto, apresentando alguns conceitos básicos sobre o tema. Sugerimos que leiam a bibliografia básica da oficina e consultem a bibliografia indicada para aprofundar seu conhecimento.

Boa leitura!

[1] O GPS é um sistema de posicionamento que utiliza satélites para indicar ao usuário sua posição exata usando um sistema de coordenadas conhecidas, tal como latitude e longitude.

1 – O que é cartografia social

O professor Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), explica que, na modernidade, os mapas foram elaborados originalmente para facilitar e legitimar as conquistas territoriais, definir o Estado como uma entidade espacial e construir nacionalismos pós-coloniais. A sociedade nunca teve a oportunidade de construir seus mapas, suas cartografias. As bases cartográficas e os mapas geralmente são produzidos por técnicos especializados, sob o interesse de instituições públicas e privadas (ASCERALD, 2011).

No entanto, diversas iniciativas de mapeamento que se propõem a incluir populações locais nos processos de produção de mapas disseminaram-se, em todo o mundo, especialmente a partir dos anos 1990. Assim, moradores de comunidades tradicionais ou que ocupam territórios onde existem conflitos têm produzido seus próprios mapas, retratando seu cotidiano, suas referências, numa base cartográfica (UFPA, s.d.).



Por meio do mapeamento social, busca-se dar voz e visibilidade às diversas categorias sociais, como às mulheres quebradeiras de coco, ribeirinhos, homossexuais, quilombolas, indígenas, faxinalenses, artesãos, extratores, pescadores, seringueiros, castanheiros, carvoeiros, etc. Esses grupos populacionais veem na cartografia uma maneira de expor seus processos de territorialização e sua identidade (UFPA, s.d.). Com o

apoio de sindicatos, associações, movimentos, cooperativas, esses grupos têm utilizado o mapa social “como forma de afirmar direitos territoriais” em diferentes contextos (ASCERALD, 2011).

Mapa social X mapa tradicional

Em vez de informações técnicas, o mapa social apresenta o cotidiano de uma comunidade. No mapa são colocados localidades, rios, lagos, cemitérios, casas, igarapés, grotas – independentemente de seu tamanho ou condição. Mapea-se também mobilizações sociais, descrevendo-as e georreferenciando-as com base no que é considerado relevante pelas próprias comunidades estudadas (UFPA, s.d.; ASCERALD, 2008).

A professora Rosa Acevedo Amorim, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/ UFPA), explica que as populações tradicionais dificilmente conseguem visualizar na cartografia oficial seu território e suas demandas, pois há um vazio de informação sobre estes grupos, suas histórias, suas experiências, suas formas de trabalho, seus modos de existência coletiva. A cartografia social propõe-se apresentar esses elementos, fazendo emergir a autoconsciência do grupo e a construção e o desenvolvimento de identidades próprias, explica (UFPA, s.d.).

Território é gerador de identidade

Os professores Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Ceará (Labocart/ UFC), explicam que “a Cartografia Social constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos” (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Segundo eles, “a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos da paisagem. Nessa perspectiva, os territórios das comunidades tradicionais se caracterizam por serem, mais fortemente, ligados ao campo simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante. Ou seja, o sentimento de pertencimento à terra, à história, às lutas, à identidade, às práticas, às vivências, aos rituais, entre outros, se aglutinam formando uma conjuntura legitimadora dos territórios vividos” (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Surgimento do conceito no Brasil

No Brasil, o conceito de cartografia social surge, no início da década de 1990, com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor Alfredo Wagner, atualmente na Universidade do Estado do Amazonas. Este projeto obteve experiências de mapeamento social realizadas na área do Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Esse território amazônico que antes era ocupado por atividades extrativistas (borracha e castanha), pesca, coleta de frutos e agricultura de subsistência, seria demarcado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de uma visão capitalista segmentada, cartesiana e individualista, por meio da consolidação de assentamentos rurais. Nesse contexto, a elaboração de mapas que representassem o conhecimento espacial tradicional e coletivo da terra, demonstrando que os usos diversos do território não estavam associados aos limites exatos e geométricos de determinado terreno e sim a um uso coletivo e multifacetário, foi fundamental para a elaboração de políticas fundiárias e ambientais nacionais, com a discussão de legislações, a elaboração de planos de uso, de manejo e de gestão territorial, e a criação de Reservas Extrativistas (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Os mapeamentos, na maior parte das vezes, acontecem em contextos de conflito, como lutas territoriais e ambientais, nas quais as comunidades, se sentindo ameaçadas, começam a construir a sua representação do território, que, em geral, entra em conflito com a territorialidade privada, dos grandes projetos do agronegócio, das grandes mineradoras, dos projetos de hidrelétricas, etc. (ACSELRAD, 2014a).

De acordo com Acselrاد (2013), os atores da cartografia social tentam afirmar identidades e territorialidades que julgam estarem ameaçadas pelo projeto desenvolvimentista hegemônico. Segundo ele, no período de 1992 a 2012, há o registro de 284 experiências denominadas por seus promotores de cartografia social ou de mapeamento participativo,

no Brasil. A maior parte deles ligados à luta por reconhecimento territorial (42%) e a projetos etno-ecológicos ou de manejo ambiental (38%).

Quem mapeia quem

Um aspecto importante sobre a elaboração dos mapas, segundo Acselrad (2013), é saber quem mapeia quem. Muitas vezes são atores externos como ONGs, entidades ambientalistas, antropólogos que convidam os ocupantes de um determinado território para participar da elaboração de seus mapas, mas os próprios sujeitos têm questionado se devem participar de mapeamentos conduzidos por terceiros, em processos nos quais não têm autonomia. As atores, cada vez mais, entendem que elas próprios devem conduzir o processo de mapeamento de seus territórios.



Participação

Sob uma perspectiva dos direitos humanos, a participação poderia ser entendida como o direito de participar na tomada de decisões e o direito à liberdade de expressão, o acesso à informação e a liberdade de associação. Visto desta perspectiva, a participação implica ir além e acima do nível local de processo de consulta para garantir a participação dos agentes sociais nos mais amplos sistemas de tomada de decisão formais e informais. Isso inclui ampliar e representar as vozes, interesses e necessidades e fortalecê-los para que reivindiquem seus direitos e mantenham suas instituições responsáveis nas decisões que afetam seus modos de vida (PLESSMAN, 2013).

2 - Como são feitos os mapas sociais?

Os mapas sociais são representações do espaço, feitos pelas pessoas que ocupam um território, nos quais apresentam a forma como vivem e trabalham, os espaços simbólicos, afetivos (ACSELRAD, 2014 a). No mapeamento social, as comunidades representam o seu mundo a seu modo. E um mapa não é algo fechado, mas um processo permanente de construção.

Assim, o mapa social só existe a partir da participação efetiva e incondicional da população envolvida. Nesse aspecto, é importante ressaltar que as metodologias utilizadas durante os trabalhos de cartografia social devem conter métodos participativos de transferência de tecnologia e do conhecimento científico (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Mas é importante observar que as diferentes comunidades possuem relações de poder desiguais. Estas relações poderão ser reforçadas ou alteradas através de processos nos quais o mapeamento está inserido. Dessa forma, é importante compreender o contexto das relações sociais que já existem ou se estabelecem no processo de mapeamento, e identificar e analisar as dinâmicas de poder que poderiam excluir alguns grupos integrantes da comunidade (PLESSMAN, 2013).

A participação na construção do mapa é uma forma de fortalecer a mobilização de grupos, que se apropriam de uma ferramenta, a cartografia, para uso de seus interesses. E a participação dos grupos mobilizados não se restringe a confecção dos mapas, pois a partir do processo de construção de mapas, demandas são fortalecidas e há o reconhecimento de direitos, o que pode direcionar estratégias de atuação coletiva (PLESSMAN, 2013).

Cada situação de mapeamento tem seus próprios objetivos. Uma classificação possível, entre tantas outras, dos objetivos presentes nos processos de mapeamento participativo realizados no Brasil, pode ser a seguinte:

- i) busca por legitimidade;
- ii) busca por informações mais precisas;
- iii) busca pelo fortalecimento da mobilização dos grupos (PLESSMAN, 2013).

O mapeamento bem-sucedido deveria:

- contribuir para a expressão e visibilidade dos interesses das comunidades;
- propiciar a participação de todos os membros das comunidades;
- criar e apoiar iniciativas de maior autonomia das comunidades.

alcançar os resultados concretos definidos no processo (por exemplo, criação de mapas relevantes). (RAMBALDI; MCCALL, 2013).



O que é colocado no mapa

Os dados contidos em um mapa social são definidos conforme a demanda das populações envolvidas. São os moradores que participam das reuniões de cartografia social que decidem sobre as temáticas que serão espacializadas no mapa e como estes temas devem se cristalizar na legenda. Em geral, são assuntos relacionados à infraestrutura comunitária, delimitação das terras,

denominação dos usos diversos (conservação, caça, pesca, agricultura etc.), aspectos culturais, religiosos e míticos, e conflitos com terceiros (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

“Os projetos ditos de mapeamento comunitário envolvem diretamente os membros da comunidade no levantamento do uso da terra e das fronteiras de seus domínios. As tecnologias empregadas variam muito. Em sua versão mais simples, como observado na Tailândia, por exemplo, os mapas podem ser tridimensionais feitos à mão, tendo por base os contornos de mapas oficiais ampliados numa escala de 1:15.000. Nesses modelos, os membros das comunidades locais podem pintar áreas com vegetação, estradas, dados sobre uso da terra, lugares povoados e as fronteiras das terras reivindicadas” (COLCHESTER 2002 apud ASCERALD, 2011).

“Outros exercícios de mapeamento utilizam técnicas geomáticas (principalmente o GPS) ou tradicionais de levantamento para registrar dados nos mapas. Embora essas técnicas permitam aos membros das comunidades decidir o que vai ser colocado dentro dos mapas, elas dependem, porém, em certa medida, de que pessoal treinado externo, em geral vinculado a ONGs, prepare os mapas básicos, registre os dados de campo diretamente nos mapas, ou no computador, e imprima os resultados finais. As tecnologias mais avançadas, como os sofisticados Sistemas de Informação Geográfica (SIG), embora permitam um uso bem mais sutil das cores, camadas e grupos de dados, aumentam a distância entre as pessoas das comunidades, detentoras do conhecimento local, e aquelas que produzem os mapas” (ASCERALD, 2011).

Dessa forma, o mapeamento dos grupos sociais e de suas formas organizativas, em geral, é feito por meio da realização de oficinas, nas quais há um envolvimento direto dos próprios sujeitos na produção de sua cartografia social. Eles debatem abertamente sobre suas condições de vida e, para que possam expressar suas percepções em mapas, fazem cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal e aprendem orientação e localização geográfica pelo uso de equipamentos como GPS, noções básicas de legislação ambiental e da utilização do ArcGIS (programa de computador utilizado para produção de mapas) (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).



Assim, são os próprios movimentos organizados que elaboram os croquis, narram e explicam os conflitos sociais e ambientais e contam suas histórias. O papel do pesquisador é colaborar para que essa dimensão da escrita e da representação fique materializada (UFPA). Os mapas dessa nova cartografia refletem o entendimento das pessoas sobre o próprio território e a relação de sua cultura com esse espaço (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

Durante o processo de mapeamento, muitas vezes os comunitários produzem também fotos e vídeos. Depois de elaborados, os mapas são aprovados pelas comunidades, que também escolhem as colorações e os ícones personalizados que melhor representem sua visão do território (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

No caso do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, o mapeamento parte sempre de um convite da comunidade para entender melhor questões locais, nunca é imposto. O antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, da Universidade do Estado do Amazonas, explica que “a elaboração desses mapas é uma valorização inédita do conhecimento e da cultura desses grupos e uma prova de que é possível formar bons pesquisadores fora dos grandes centros. E conclui: “isso poderá contribuir para modificar a própria comunidade científica nacional e representa uma aplicação do saber tradicional como ferramenta para superar a pobreza” (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

3 – O uso dos mapas na defesa dos interesses de populações tradicionais

A cartografia social é usada para objetivos bem diversos tais como: legalização de terras públicas, posse legal da terra, melhorias habitacionais, publicização de fenômenos e/ou situações de vida, divulgação de serviços, infraestrutura e/ou cultura de um determinado lugar/ povoação, etc (GORAYEB; MEIRELES, 2014).



Considerados, essencialmente, como uma linguagem do poder, palavras de Brian Harley em artigo publicado no *Anthropos/Economica* em 1995, as representações espaciais de parte de territórios em um plano revelam a identidade dos lugares, a síntese social e natural das diversidades paisagísticas, os limites e fronteiras físico-territoriais, políticos, emocionais, psicológicos, individuais e coletivos de um grupo (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Os mapas são representações concretas do espaço vivido e pensado e, como tal, são o retrato de uma comunidade, de um povo, dos moradores de uma determinada localidade. Essas realidades podem ser reproduzidas a partir da visão de grupos distintos, como crianças, idosos, mães, pescadores, agricultores, artesãos, professores, agentes de saúde. Para cada grupo, ter-se-á uma visão diferenciada do território e, por consequência, um mapa distinto e único (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Assim, os mapas são relevantes para a identidade de um grupo, à medida que exigem reflexão, generalização e seleção das informações de um determinado território e essa produção de conhecimento, que vem bem antes da preparação do produto final, é o que verdadeiramente empodera uma determinada população, pois viabiliza as ações de pensar, refletir, sentir, sonhar, criar e, finalmente, agir (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Para o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, a cartografia social é um recurso que deve auxiliar e dar mais precisão ao discurso da etnografia e da antropologia, contribuindo para a compreensão do patrimônio cultural dos povos e permitindo o autoconhecimento de cada um. “É uma valorização inédita do conhecimento e da cultura desses grupos” (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

Almeida ressalta, ainda, que é preciso entender o critério que liga as pessoas, como são estabelecidos os laços das próprias comunidades. Segundo ele, a questão da territorialidade é aguda em todo o país e envolve mais do que o espaço físico, mas os

modos de viver e entender território inerentes a diversas culturas (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

Ele dá um exemplo: “recentemente, as comunidades de ribeirinhos do rio Japeri, na região Amazônica, perderam sua classificação como pescadores artesanais por também se dedicarem à caça e ao extrativismo. Só os pescadores comerciais mantiveram sua autorização para pesca”. E explica: “trata-se de uma clara confusão entre identidade e atividade econômica, que descredenciou aqueles que detinham o conhecimento local e afetou a biodiversidade da região” (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

A questão torna-se ainda mais complexa pela dificuldade de se estabelecer uma definição para a identidade desses grupos tradicionais. Os povos faxinais, por exemplo, que ocupam o Sul do Brasil, são uma mistura de ucranianos, poloneses, italianos, índios e quilombolas que não compartilham a mesma língua e não têm as mesmas crenças, mas enxergam a si mesmos como um povo único (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

“A formação das identidades dos grupos tradicionais e seus aspectos territoriais são questões complexas e sujeitas a mudanças”, reafirma Alfredo de Almeida. “Por isso, um mapeamento como esse é rico e pode ajudar, inclusive, no estabelecimento de políticas públicas em estados como o Maranhão, por exemplo, que tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano do país”, concluiu (INSTITUTO CIÊNCIA HOJE, 2012).

4 - Exemplos de cartografia social:

Os primeiros trabalhos de cartografia social no Brasil foram desenvolvidos em territórios da Amazônia Legal, e continuam sendo fortemente atuantes em estados como Pará, Tocantins, Maranhão, Acre e Amazonas, envolvendo populações tradicionais extrativistas, ribeirinhos, agricultores familiares e indígenas, devido aos grandes projetos de usinas hidrelétricas, problemas relacionados à grilagem de terras e ao não cumprimento das normatizações referentes às delimitações de terras indígenas e áreas de preservação/proteção ambiental (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Pode-se citar também diversos estudos que são desenvolvidos com comunidades da região Nordeste, com foco nas comunidades pesqueiras e indígenas litorâneas, devido ao avanço dos empreendimentos de energia eólica, carcinicultura [criação de camarões em viveiros] e os resorts que atendem, em especial, à demanda internacional, além de territórios comunitários de agricultores familiares, quebradeiras de coco babaçu, cipozeiros, índios e quilombolas atingidos por grandes empreendimentos econômicos, como mineração, obras hídricas, dentre outros. Na região Sul existem relatos técnico-científicos referentes ao mapeamento social com comunidades quilombolas e na região Sudeste com os caiçaras (pescadores tradicionais da região) (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Há cerca de três ou quatro anos, tem-se desenvolvido técnicas e métodos relacionados ao mapeamento social de comunidades urbanas, muitas vezes com a utilização de mídias sociais e dispositivos tecnológicos diversos (móveis, de rede local e outros). Nesse contexto, podem-se citar dezenas de estudos em áreas de risco urbanas (por exemplo, no Rio de Janeiro, a Maré [complexo de favelas]; em Fortaleza, a favela Poço da Draga), comunidades e associações indígenas na cidade de Manaus e em Belém (GORAYEB; MEIRELES, 2014).

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) incentiva povos e comunidades tradicionais da região a produzirem sua auto-cartografia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas, sobretudo, uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Regularmente, o projeto publica fascículos onde materializa a manifestação da auto-cartografia dos povos e comunidades com que atua (PNCSA,s.d.).

Cada fascículo é resultado de uma relação social específica entre um povo ou comunidade tradicional e a equipe de pesquisadores. É o movimento social que busca o PNCSA para realizar a cartografia. A partir desse interesse manifesto, é realizada uma oficina de mapas com a participação de cerca de 30 agentes sociais e os pesquisadores membros do projeto. Nela, os pesquisadores ensinam técnicas de GPS e de mapeamento, além de conversar com os agentes e coletar depoimentos sobre a história social e problemas da comunidade (PNCSA,s.d.).

Os agentes sociais produzem croquis, mapeando sua região e indicando quais os elementos relevantes para a sua composição. Em um segundo momento, sem a presença dos pesquisadores, os agentes sociais marcam, com GPS, os pontos do que consideram significativo de seu território. Na sequência, o PNCSA recolhe as informações das marcações de ponto e as georeferências na base cartográfica, inserindo as ilustrações

produzidas nos croquis. Essas ilustrações compreendem desenhos, esboços e reproduções de símbolos e objetos (remos, casas, embarcações, instrumentos de trabalho, animais, plantas, etc.) que são transformados, a partir do trabalho da equipe de pesquisadores, em ícones para compor as legendas dos mapas. Simultaneamente, transcreve-se excertos de depoimentos e seleciona-se os que comporão o fascículo (PNCSA,s.d.).

Com o mapa concluído e os depoimentos selecionados, monta-se um protótipo de fascículo, que é remetido à comunidade. Ela então faz as correções que deseja, procede à leitura do mapa-piloto e envia-o de volta ao PNCSA para publicação. O PNCSA guarda alguns exemplares e distribui os demais a pesquisadores, núcleos de pesquisa, universidades e órgãos estatais tais como Ministério Público Federal e Procuradoria da República. Mas a maior parte dos exemplares fica com o movimento social (PNCSA,s.d.).

Os fascículos são organizados em seis séries. Em 2005, foram publicados os seis primeiros fascículos da série 1, chamada Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Conflitos, com a proeminência das Quebradeiras de Coco Babaçu dos estados do Piauí, Maranhão e Pará. No final de 2005, as oficinas de mapas das Comunidades Quilombolas dos estados do Pará, Maranhão, e Amazonas passam a integrar a mesma série, com seus fascículos publicados entre 2006 e 2007. Ainda na série 1 consta os trabalhos relativos a artesãos e artesãs, ribeirinhos, ribeirinhas, piaçabeiros e peconheiros dos estados do Amazonas e Pará (PNCSA,s.d.).

Em 2006, o projeto expandiu os trabalhos de mapeamento social para fora da Amazônia com a série 2, intitulada Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. A série 3, Conflitos nas Cidades da Amazônia, começou no ano de 2006, e conta com dez trabalhos realizados na cidade de Belém (Indígenas, Homossexuais, Afro-religiosos, Negras e Negros, Catadores, Pessoas com deficiências, Feirantes e Ribeirinhos) e nove na cidade de Manaus (Bairro Campo Sales, Jesus Me Deus, Comunidade Parque Riachuelo I, Parque Riachuelo II, Parque São Pedro, São Benedito da Praça 14 de Janeiro, Mulheres Indígenas e Artesãs do Alto Rio Negro, Comunidade Indígena Sateré-Mawé, Beco dos Pretos – Morro da Liberdade). Há ainda fascículos produzidos nas cidades de Salinas (PA), Rio Preto da Eva (AM), Manacapuru (AM) e Marabá (PA) (PNCSA,s.d.).

Em 2008 foram criadas três novas séries, as de número 4, 5 e 6. A série 4 se chama Crianças e Adolescentes em Comunidades Tradicionais da Amazônia. A série 5, intitulada Faxinalenses no sul do Brasil possui cinco publicações. A sexta e última série se chama Quilombolas do Sul do Brasil, possui três publicações (PNCSA,s.d.).

Para saber mais sobre o projeto, consulte: <http://novacartografiasocial.com/>

A seguir apresentamos um breve relato de algumas experiências conduzidas pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia:

Descendentes de escravos no Maranhão

Cada vez mais conscientes de seus direitos, descendentes de escravos no Maranhão utilizam o critério de autodefinição para lutar pelas áreas que ocupam, historicamente ameaçadas por invasões as mais diversas. Eles disputam o território rural com fazendeiros, que não hesitam em utilizar a violência para intimidá-los. No mapa que criaram para sua comunidade, as legendas identificam os locais onde há conflitos – como “ameaça de morte”, “pressão de grileiros”, venda ilegal de terra, “fechamento arbitrário de

estrada”, entre outros. Mas registram também manifestações culturais, como o bumba-meu-boi, as festas de santo e os terreiros afrobrasileiros (ALMEIDA, 2009).

Comunidades deslocadas em Alcântara (MA)

Em Alcântara, também no Maranhão, é conhecida a mobilização das comunidades deslocadas por causa da construção de uma Base Espacial para o lançamento de foguetes. Em 1986 e 1987, 312 famílias de 23 povoados foram removidas das “terras de preto” pela Aeronáutica e instaladas em sete “agrovilas”, onde desde então enfrentam fome e privações de toda ordem. Longe do mar, perderam o acesso aos recursos da pesca. Distribuídas em lotes individuais, deixaram de exercer o tradicional uso comum que faziam da terra. O excesso de moradores perto dos igarapés ameaça os estoques de mariscos, peixes e caranguejos. Em resumo: a mudança para as agrovilas foi um desastre socioeconômico, além de uma tragédia ecológica. Organizados, desde 1999, no Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), os moradores resistem com atos de desobediência civil no dia a dia. Como o da moradora de Pepital que entra escondida na área de onde foi deslocada à força para colher caju nos cajuais plantados por seus avós. Ou as quebradeiras de coco babaçu, que, durante a safra, utilizam-se dos babaçuais arbitrariamente interditados (ALMEIDA, 2009).

Coletores de açaí do Pará

O processo incentiva os denominados povos e comunidades tradicionais a valorizar sua própria história e a lutar por sua preservação. Foi o que aconteceu com um grupo de coletores de açaí no nordeste do Pará. Dos tempos em que a cana-de-açúcar se espalhava pela região, resta na ilha de Itacoãzinho, município de Acará, uma antiga calha de engenho. Ao constatar que essa relíquia arqueológica do século XVIII vem sendo ameaçada por uma obra, 120 famílias locais assinaram um manifesto pedindo ao Iphan que garanta sua proteção. Afinal, a peça tem valor histórico para quem vive ali. Eles a chamam de “ruínas dos escravos”, o que diz muito sobre o passado na região. “Nossos avós e bisavós eram escravizados, trocando a seringa por alimentos e outros produtos. Eles não recebiam dinheiro. Na fazenda tinha marcas de sangue que os escravos apanhavam até morrer e serem jogados no sumidouro que tinha na fazenda de grandes extensões de terra: o engenho de cana”, contou Maria Sueli das Mercês, do Igarapé Caixão. No mapa produzido pela comunidade, descobre-se que a economia local tem como base o açaí, mas nos períodos de entressafra (de novembro a maio) precisa recorrer a outras extrações, como o palmito pupunha, o cupuaçu, a andiroba, a castanha, o cacau e o camarão (ALMEIDA, 2009).

Ribeirinhos de Belém do Pará

Os ribeirinhos das mais de 40 ilhas da capital do Pará vivem os contrastes de trabalhar com a natureza (extrativismo de açaí, pesca e produção de alimentos) e sofrer com os males da cidade grande: em seu mapa, indicam pontos onde há mais ataques de piratas, que roubam seus barcos. Reivindicam do governo melhores serviços de coleta de lixo, saneamento e segurança (ALMEIDA, 2009).

Artesãs indígenas de Manaus

Artesãs indígenas de Manaus querem criar um centro cultural para vender comidas e bebidas típicas de suas etnias, como quinhampira, mujeca e beju. Seria uma fonte de renda mais nobre do que sua situação atual: depois de abandonar as aldeias em busca

de melhores condições de vida, a maioria trabalha como empregada doméstica para ganhar entre 100 e 150 reais por mês (ALMEIDA, 2009).

Quilombolas de Jambuaçu

Os quilombolas de Jambuaçu (PA), que tiveram sérios danos a partir da explosão de um mineroduto dentro dos povoados, valeram-se do mapa social para requerer na Justiça reparos dos danos ambientais sofridos (ALMEIDA, 2009).

Indígenas da comunidade Beija-Flor(AM)

Já no município de Rio Preto da Eva (AM), foram décadas de conflito até que os indígenas da comunidade Beija-Flor conseguissem pressionar a Prefeitura a desapropriar a área e destinar-lhes a terra. Na Câmara Municipal, erguiam as mãos exibindo seus mapas, como a dizer que já possuíam um “documento” evidenciador do território. O mapa tornava-se documento de consulta obrigatória para quem quisesse entender a dinâmica do conflito (ALMEIDA, 2009).

5 - Fontes:

ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013.

_____. (org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008. Disponível em: http://www.ettern.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=467ab838abf48499b7dbb9f41fa3268c&id=8

_____. **Sobre os usos sociais da cartografia**. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ACSELRAD_Henri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf

_____. **Cartografias sociais**. Vídeo: entrevista com Henri Acselrad do ETTERN/IPPUR/UFRJ – parte 1. Rio de Janeiro, 2014 b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKj7mDmpyM4&feature=youtu.be>.

_____. **Cartografias sociais**. Vídeo: entrevista com Henri Acselrad do ETTERN/IPPUR/UFRJ – parte 2. Rio de Janeiro, 2014 b. Disponível em: <http://youtu.be/Qhyuq-AuZPQ>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Mapas com vida própria. Dos índios artesãos de Manaus aos quilombolas do Maranhão, populações tradicionais retratam sua situação geográfica e social com auxílio de GPS**. Revista de História, 06 maio 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/mapas-com-vida-propria>.

CATACRA LIVRE. **Crianças indianas mapeiam comunidade “esquecida” pelo Google Maps**, 20 ago. 2013. Disponível em: <http://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/criancas-indianas-mapeiam-comunidade-esquecida-pelo-google-maps/>.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. **Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. Rede Mobilizadores, 10 fev. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>.

INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. **Projeto faz cartografia de comunidades tradicionais brasileiras**, 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/2012/07/projeto-faz-cartografia-de-comunidades-tradicionais-brasileiras/>.

PLESSMAN, Franklin. Unidade M03U01, Módulo M03: **Introdução à Participação**; in: ETTERN/IPPUR/UFRJ, Guia Para Experiências de Mapeamento Comunitário, versão livremente adaptada para o português de CTA. 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information Management and Communication. CTA, Países Baixos; Rio de Janeiro, 2013.

PNCSA, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Site institucional. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/>.

RAMBALDI, Giacomo; MCCALL, M.K. Unidade M04U01, Módulo M01: **Fatores que influenciam o Mapeamento Comunitário**; in: ETTERN/IPPUR/UFRJ, Guia Para

Experiências de Mapeamento Comunitário, versão livremente adaptada para o português de CTA. 2010. Training Kit on Participatory Spatial Information Management and Communication. CTA, Países Baixos; Rio de Janeiro, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Projeto aplica a cartografia como forma de identificação social**, s.d. Disponível em:
<<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=2190>>.

Esta cartilha foi produzida dentro do espírito colaborativo, a partir de outras tanto textos, apostilas, textos e vídeos disponíveis na internet, num grande remix de materiais, dando origem a um novo material disponível a todos.

Pesquisa de conteúdo:

Eliane Araujo

Textos e adaptação:

Eliane Araujo

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Fevereiro, 2014